

ATA

PLENÁRIA DO COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PARACATU E URUCUIA.

Ata da 1ª reunião Ordinária, realizada no dia 03 de Dezembro de 2024. No dia 03 de dezembro de 2024 às 09h00min reuniram-se presencialmente no IFNMG Campus Arinos - MG os seguintes conselheiros titulares e suplentes do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Paracatu e Urucuia – **Representantes do Poder Público Estadual** Ciro Leonardo Rabelo Coelho (IGAM) Titular, Adailson de Oliveira Santos (SES) Titular, Wilson Pereira Barbosa Filho (SEMAD) Suplente. **Representantes Poder Público Municipal:** Ivonete Antunes Ferreira (Município de Urucuia) Suplente, Leonardo Pereira Costa (Município de Paracatu) Titular, Francisco Pinto da Silva (Município de Arinos) Titular, Irene Gomes Guedes (CONVALES) Suplente. **Representantes de Usuários:** Thaís Nascimento Ferreira (IRRIGANOR) Titular, Marília Cristina Alves de Almeida (CAPUL) Suplente, Rowena Betina Petroll (COOPERTINGA) Suplente, Régis Machado Couto (Condomínio de Irrigação Rio Paracatu) Titular, Maria Maliko Takahashi Suzuki (Ass. dos Produtores Rurais da Região Mundo Novo) Suplente, Joice Luiza Appelt (Condomínio dos Irrigantes do Entre RIBEIROS) Titular (representada por procuração por Milena Gomes Peres), Wandir Monteiro Silveira (Sindicato dos Produtores Rurais de Arinos) Titular, Natália Gonçalves Mendes (Sindicato dos Produtores Rurais de Paracatu) Titular, Cristiane Aparecida de Mendonça (FAEMG) Suplente, Túlio Pereira de Sá (FIEMG) Titular. **Representantes da Sociedade Civil:** Reginaldo Proque (IFNMG) Suplente, Ésio Mendes do Nascimento (Cáritas Diocesana de Paracatu) Titular, Tobias Tiago Pinto Vieira (MOVER) Titular, Júlio César Ayala Barreto (CEPASA) Suplente, Rhaul de Oliveira (Associação do Cresertão) Titular, Brenda Samara Barros Pereira (FONASC) Titular, Rosimeire Maria de Souza Andrade (Associação do Cresertão) Suplente. **Convidados:** Tatiane Lima (IEF Sagarana), Almir Paraca (Instituto Rosáceas), Ernane Faria (AAMA), Antonieta Dias (MOSAICO), Tatiana Moura (SINDICATO ARINOS), Debora Emília CBH SF1), Dirceu Costa (PPA MG), Neilton Viana (IEF PANDEIROS), Ladir Cordeiro (IEF), Valeria Aparecida (IEF ARARAS), Roberto Marcone (IEF JAIBA), Alberto Peterson (ICMBIO), Kleiton Senna (ICMBIO), Juliana Maria (IFNMG), Adílio A. Segundo (ARPA ARINOS), Ana Cristina Alves (IEF/ APASS), Ester Hadasssa, Jose Mauricio (RENAI). **Assuntos em Pauta:** **01) ABERTURA PELOS PRESIDENTES DO CBH S78 - TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA, CBH SF9 – RODRIGO CESAR HENRIQUES TEIXEIRA E MOSAICO SERTÃO VEREDAS - PERUAÇU PRESIDENTE - LAÍSSA DE ARAÚJO VIANA:** cumprimentou e agradeceu a presença de todos, passou a palavra ao senhor Wandir, representante do sindicato de Arinos, em seguida ao representante do IFTM a universidade, em seguida ao senhor Rodrigo Cezar, presidente do SF9, Thaís Nascimento e Marcelo Perondi. **02) CONFERÊNCIA DE QUÓRUM – THAIS NASCIMENTO FERREIRA:** Thaís Nascimento (IRRIGANOR) informou que o quórum havia sido atingido e assim passou para o próximo ponto de pauta, conferindo o início da reunião. **03) APROVAÇÃO DAS ATAS DAS REUNIÕES DOS DIAS 25/07/2024, 08/10/2024 E 05/11/2024 – TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA:** Tobias Vieira (MOVER) informou que a ata já havia sido enviada aos conselheiros para fazerem as devidas considerações. Em seguida colocou em votação a aprovação da ata, sendo assim aprovada por unanimidade dos votos. **04) INFORME DAS CORRESPONDÊNCIAS ENVIADAS E RECEBIDAS - THAÍS NASCIMENTO FERREIRA:** Thaís Nascimento (IRRIGANOR) cumprimentou a todos, informou sobre as correspondências recebidas e leu as correspondências enviadas. **05) RELATO, PELO SECRETÁRIO, DOS ASSUNTOS A DELIBERAR - THAÍS NASCIMENTO FERREIRA:** Thaís Nascimento (IRRIGANOR) informou que teriam apenas uma deliberação “ad referendum” nº 04 de 11 de novembro de 2024 para ser aprovada. **06) APRESENTAÇÃO E DEBATE SOBRE INSTALAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICAS E PROCEDIMENTOS ADOTADOS EM RELAÇÃO AO MEIO AMBIENTE NO ÂMBITO DA BACIA DOS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS:** A apresentação iniciou com a abordagem da liderança local sobre a importância do território frente a empreendimentos que já ocupam grandes áreas, destacando a necessidade de estratégias de mitigação e adaptação aos impactos gerados. Foi mencionado que, apesar de haver legislação adequada, há negligência em sua aplicação, o que exige a criação de instrumentos de governança eficazes dentro do comitê. A necessidade de estudos técnicos foi ressaltada, especialmente para entender os impactos ambientais de projetos fotovoltaicos e a relação com o aquecimento global. A ausência

de estudos de impacto ambiental é vista como um desafio para a implementação de medidas estratégicas. Houve consenso sobre a fragilidade do processo de licenciamento ambiental, com destaque para a falta de condicionantes e a classificação inadequada de empreendimentos de grande porte como de baixo impacto. Foi proposto qualificar esses processos e criar estudos mais detalhados que garantam sustentabilidade. Representantes locais enfatizaram a importância de projetos de reflorestamento para compensar os danos ambientais, especialmente no Cerrado, chamado de "caixa d'água" natural. A necessidade de fiscalização eficiente e medidas obrigatórias de reflorestamento também foi destacada. O debate incluiu preocupações com o uso intensivo de recursos hídricos, especialmente em relação ao rebaixamento do lençol freático, a redução das nascentes e o assoreamento de rios importantes, como o Urucuia. Foi apontado que o desmatamento e a exploração intensiva de poços artesianos estão agravando a crise hídrica. Os participantes sugeriram ações conjuntas, incluindo articulação com o poder público, empresas e comunidades tradicionais. Propôs-se envolver as empresas em discussões sobre sustentabilidade e demandar responsabilidade além do que a legislação exige. Formaram o compromisso de compilar as propostas apresentadas e planejar estratégias para ações futuras.

07) DELIBERAÇÃO “AD REFERENDUM” - CBH - PARACATU E URUCUIA Nº 04 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2024 - TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA: Tobias Vieira (MOVER) destacou o item sete da pauta, referente à deliberação ad referendum nº 4/2024. Essa deliberação foi apresentada para custear a participação da conselheira Ivonete Antunes Ferreira no Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas. Ivonete, embora representante do Fórum Mineiro, necessitava de uma deliberação de seu comitê de origem devido ao momento de transição no Fórum Mineiro. Após explicações detalhadas sobre o custeio e os trâmites, a deliberação foi aprovada de forma unânime pelos presentes.

08) RETORNO SOBRE OS OFÍCIOS ENCAMINHADOS A CTOC - ADSON ROBERTO RIBEIRO; Tobias Vieira (MOVER) relatou o retorno de ofícios encaminhados à CTOC. Dois temas foram abordados. O primeiro tratava de métodos de monitoramento e telemetria para captação de água, onde foi sugerida a adoção da curva da bomba com aferição anual como metodologia principal, acompanhada de horímetro. Essa recomendação visa equilibrar precisão técnica com a capacidade financeira dos produtores, sendo também aberta a alternativas mais avançadas para quem puder custear. A diretoria foi orientada a solicitar ao IGAM a revisão normativa para incluir essa metodologia. O segundo tema envolveu os impactos dos chacreamentos irregulares, com preocupação sobre desmatamento, resíduos inadequados e captação irregular de água. Foi recomendado criar um fórum multissetorial envolvendo órgãos públicos e entidades locais para debater e propor soluções, incluindo fiscalização, regularização, educação ambiental e atualização de legislações municipais. A conselheira **Ivonete Antunes Ferreira (CCR Urucuia e CTOC)** representando o Coordenador da CTOC, Sr. Adson Ribeiro, fez a leitura do texto da ata 106866361e destacou a importância das discussões e os desafios enfrentados pelos produtores rurais com as exigências de telemetria, ressaltando que as recomendações foram elaboradas considerando tanto os aspectos técnicos quanto a viabilidade financeira dos pequenos produtores. Quanto aos chacreamentos, ela apontou a pressão fiscal e econômica que leva à subdivisão de propriedades, aumentando os problemas sociais e ambientais.

09) RETORNO SOBRE OS OFÍCIOS ENCAMINHADOS A CTPL - GABRIELA VINHAIS ALVES; Tobias Vieira (MOVER) abordou sobre os desentendimentos nas eleições das câmaras técnicas por falta de normativo específico. A diretoria encaminhou a questão para a Câmara Técnica de Planejamento e Legislação (CTPL), que ainda não concluiu suas discussões, mas prometeu retorno após a próxima reunião. Por fim, foi introduzido o Programa Produtor de Águas como um projeto estratégico para a região. Dirceu, convidado especial, foi chamado para apresentar os potenciais vantagens e resultados do programa, destacando seu impacto positivo no manejo sustentável dos recursos hídricos e no desenvolvimento regional.

10) APRESENTAÇÃO SOBRE - MOBILIZADOR PROGRAMA PRODUTOR DE ÁGUA DE MINAS- PPA/MG – DIRCEU DE OLIVEIRA COSTA: Dirceu Costa com o apoio da conselheira Debora Emília conselheira e secretária adjunta do CBH SF1, apresentou um panorama sobre as parcerias e iniciativas relacionadas à preservação e recuperação de recursos hídricos. Ele destacou a cooperação entre a Agência Nacional de Águas (ANA) e a SEMAD, além de outros parceiros que já possuem acordos técnicos formalizados. Foram mencionados os esforços no âmbito do Programa Produtor de Água em Minas Gerais, com informações disponíveis nos sites da ANA e da SEMAD. Tobias ressaltou que os primeiros projetos foram implementados na região das nascentes do Rio São Francisco, onde já houve avanços significativos, incluindo obras concluídas e pagamentos realizados a produtores rurais envolvidos. A missão principal é expandir a política de pagamento por serviços ambientais para todo o estado de Minas Gerais, que lidera nacionalmente em número de projetos de produção de água, somando mais de 65 iniciativas. Ele também abordou a relevância histórica e geográfica das nascentes do Rio São Francisco, enfatizando a expedição realizada desde março para estudar a bacia hidrográfica, composta por diversas nascentes, como as de

Medeiros e São Roque de Minas. Pontuou a importância de compreender a dinâmica dos rios da região, como o encontro entre o Rio São Francisco, de caráter estadual, e o Rio Samburá, de jurisdição federal. Observações foram feitas sobre a diferença de volume entre esses rios e os impactos históricos e culturais ligados à sua nomenclatura e localização. Por fim, chamou a atenção para os desafios de conservação enfrentados pela bacia hidrográfica, como a deterioração da qualidade da água após chuvas intensas, devido ao relevo e características específicas dos primeiros 100 km da bacia. O foco é fortalecer as ações que garantam a proteção e a sustentabilidade hídrica na região. Dirceu descreveu as iniciativas de mobilização e gestão de recursos hídricos em uma região de Minas Gerais, destacando os desafios enfrentados pelos produtores rurais e as soluções propostas. O projeto começou com a mobilização das comunidades, incluindo a participação de autoridades e da população. A estratégia foi envolver todos os setores da sociedade, incluindo jovens, pastores e padres, para promover ações de preservação ambiental e melhorar a qualidade da água. Criticou a falta de transparência e a má execução de obras públicas, como construções superfaturadas, e ressalta a importância de comitês de bacias hidrográficas atuarem ativamente. Também mencionou a parceria com o Ministério Público e a mobilização para fortalecer comitês, que inicialmente estavam inativos. A atuação inclui visitas a Brasília e fóruns nacionais para garantir a continuidade e o fortalecimento dos projetos de preservação hídrica. O foco principal é a recuperação das nascentes e a melhoria das condições da água, com projetos em diversas cidades, como Pinhú, e regiões como a Serra da Canastra e o Rio das Velhas. O pagamento por serviços ambientais é um elemento central, onde os produtores rurais são remunerados pela preservação da água e do meio ambiente, com valores variando conforme o impacto das obras realizadas em suas propriedades. O financiamento é feito por meio de recursos do comitê e parcerias com companhias de abastecimento de água e prefeituras. O processo de adesão ao programa é voluntário, e os produtores são incentivados a participar com base na confiança e no compromisso com a preservação. A transparência é destacada como essencial para garantir o sucesso dos projetos, e o autor reforça a importância de informações claras e acessíveis para os produtores rurais, para que eles entendam o valor e o impacto das intervenções realizadas em suas propriedades. A gestão financeira é discutida com foco na viabilidade dos projetos, sempre buscando a melhor aplicação dos recursos disponíveis. José abordou a importância da classificação rigorosa dos produtores e o respeito à ordem nas reuniões, para evitar que interesses pessoais ou políticos influenciem o processo. Ele destaca que, após a classificação, é necessário assinar contratos com os produtores rurais para garantir o compromisso de realizar os serviços de conservação, como obras de drenagem, barragens e cercas. Criticou a ineficiência de processos onde se faz licitação para serviços de conservação sem uma previsão de manutenção ou com a possibilidade de os serviços não serem realizados de forma eficaz. Ele fala sobre o processo de compra de materiais, como fossas, e enfatiza a importância da transparência nas licitações, para evitar discrepâncias de preços entre diferentes municípios. Descreveu algumas das obras que foram realizadas, como barraginhas e terraços, e explica como essas intervenções ajudam a evitar o assoreamento das nascentes e a degradação ambiental. Ele menciona que, em muitas áreas, o impacto das estradas nas nascentes e no meio ambiente é significativo, e que a construção de infraestrutura adequada, como drenagens e barraginhas, contribui para a preservação da água e do solo. Ele também fala sobre a importância de realizar a manutenção das obras de conservação para garantir que o impacto ambiental seja minimizado a longo prazo, e que, sem manutenção, os projetos podem se tornar ineficazes. José relata que, devido à falta de manutenção, algumas barraginhas acabaram se assoreando, o que comprometeu os resultados das ações de preservação. Para ele, é melhor realizar um número menor de obras, mas com qualidade e acompanhamento contínuo, do que se comprometer com um grande número sem o devido cuidado. José menciona, também, o projeto de pagamento por serviços ambientais (PSA), no qual os produtores recebem incentivos financeiros em troca de práticas que preservam o meio ambiente, como a recuperação de nascentes e a instalação de fossas sépticas. Ele destaca a importância de parcerias com empresas e outras organizações, como o Senac, para realizar cursos e treinamentos sobre recuperação ambiental. Além disso, ele menciona a parceria com empresas como a Coca-Cola e outras, que destinam recursos para ajudar na execução dos projetos. José faz questão de reforçar a necessidade de transparência no uso dos recursos públicos, ressaltando que a divulgação das ações e a prestação de contas são essenciais para garantir a confiança da população. Ele explica que, ao divulgar as ações e os resultados, é possível garantir que os projetos sejam realizados de forma eficaz e que a população perceba os benefícios dessas iniciativas. Ele também fala sobre a importância de reconhecer o papel do produtor rural na preservação ambiental e defende que as políticas de conservação devem envolver todos os setores da sociedade, incluindo o agronegócio. Ao longo de sua fala, José reforça a necessidade de investimentos em práticas que beneficiem tanto os produtores rurais quanto o meio ambiente, destacando que a água é um recurso essencial e deve ser preservada. Ele finaliza dizendo que, para que o setor rural se

desenvolva de forma sustentável, é preciso trabalhar em conjunto com os produtores, oferecendo soluções práticas e viáveis que resultem em benefícios a longo prazo. Na sequência, Valéria, gestora do Parque Estadual Serra das Araras, de Chapada Gaúcha, compartilha sua preocupação com a crise hídrica que afeta a região. Ela relata a procura de produtores para a construção de barraginhas e cercas em nascentes, uma vez que o Rio Pardo está assoreado e várias veredas estão secando. Valéria pergunta se seria possível firmar uma parceria com a prefeitura para desenvolver projetos de recuperação dentro da área da Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Ela enfatiza a necessidade urgente de ação para resolver a falta de água na região. José responde, dizendo que a Secretaria Executiva do projeto estadual, junto ao IEF (Instituto Estadual de Florestas), é uma parceira oficial, mas que também é importante mobilizar outras instituições e a população local para que o projeto seja eficaz. Ele reforça que a construção do projeto deve ser feita de forma colaborativa, sem copiar modelos de outras regiões, mas sim adaptando as ações às necessidades locais. O debate segue com Herbert, de Januária, que também expressa sua preocupação com a preservação dos rios da região, especialmente o Rio Pandeiros, que está morrendo devido ao impacto das estradas e a falta de ações efetivas. Herbert compartilha sua experiência com projetos anteriores que não resultaram em ações concretas e critica a falta de ação de muitas instituições, que, segundo ele, têm recursos, mas não os aplicam de forma eficaz. Ele aponta que a destruição dos rios e das nascentes continua, apesar das inúmeras iniciativas em curso. Herbert conta que, apesar da falta de ação por parte de alguns órgãos, ele tem se esforçado para preservar as nascentes em sua própria propriedade, construindo barraginhas e promovendo a recuperação de áreas degradadas. Ele critica ainda a ineficiência das ações governamentais, citando como exemplo a compensação ambiental feita pela Cemig, que não resultou em melhorias práticas na região. No final, Dirceu, fez um depoimento sobre o trabalho desenvolvido por ele e pela sua equipe em campo, visitando os locais de intervenção e implementando soluções. Ele parabeniza os projetos e ressalta a importância da prática, do trabalho de campo e do envolvimento das pessoas para que as ações de preservação da água e do meio ambiente sejam bem-sucedidas. Ele elogia a atuação de José e de outros envolvidos, reconhecendo o impacto positivo que esses projetos têm na região e destacando a importância de seguir esse caminho. Em resumo, o encontro foi uma oportunidade para compartilhar experiências e discutir soluções para os problemas ambientais enfrentados pelas comunidades rurais, com ênfase na recuperação de nascentes, na preservação da água e na importância da colaboração entre instituições, governo e produtores rurais para implementar projetos sustentáveis e eficazes. **11) ASSUNTOS GERAIS E COMUNICADO DOS CONSELHEIROS.** Nos assuntos gerais, informou a todos que o IGAM já solicitou os dados pessoais para dar andamento no contrato de gestão, e que estão cada vez mais próximo de finalizá-lo. **Júlio Ayala (CEPASA)** requereu a confecção da folha timbrada com a logomarca dos dois comitês. **Tobias Vieira (MOVER)** respondeu que ainda não é possível em razão dos documentos serem elaborados dentro do SEI. **12) ENCERRAMENTO:** Ao final, Tobias expressa gratidão pela participação de todos e destaca o progresso feito durante a reunião que foi em parceria com o SF9 e agradeceu a todos que dispuseram a participar da reunião mesmo sendo presencial. Não havendo outros assuntos a serem tratados, **Tobias Vieira (MOVER)** agradeceu a presença de todos e assim declarou encerrada a reunião. **APROVAÇÃO DA ATA.**



Documento assinado eletronicamente por **Tobias Tiago Pinto Vieira, Presidente(a)**, em 06/02/2025, às 11:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **104957356** e o código CRC **06ACEFE1**.

Referência: Processo nº 2240.01.0004333/2024-96

SEI nº 104957356